

DIAS DE LUTA: TRAÇOS DO COTIDIANO EM ARACAJU (1939-1945)

WAR TIMES: ASPECTS OF DAILY LIFE IN ARACAJU (1939-1945)

Dilton Cândido Santos Maynard¹
Andreza Santos Cruz Maynard²

Resumo: O artigo analisa aspectos da vida cotidiana em Aracaju durante a II Guerra (1939-1945). Focaliza as alterações promovidas pela inserção de novos produtos de higiene, a promoção de políticas eugênicas pela Estado Novo, a influência dos cinemas nas interpretações das razões e os envolvidos na Guerra, assim como as diversas apropriações dos espaços urbanos realizados pelos cidadãos no período.

Palavras-chaves: Estado Novo; Segunda Guerra; Cotidiano; Aracaju

Abstract: This article examines aspects of daily life in Aracaju during War II (1939-1945). The research investigates the changes produced by new hygiene products, the promotion of eugenic policies by the Estado Novo, the influence of cinema in interpretations of the reason and those involved in war as well as the various appropriations made by the city's population in the period.

Key-words: World War II; Aracaju; Entertainment

Este artigo analisa o cotidiano em Aracaju na época da II Guerra (1939-1945). Na historiografia sergipana, este período tem recebido basicamente dois tipos de abordagens historiográficas. A primeira, de inspiração cívico-militar, preocupa-se em inserir os grandes feitos e vultos sergipanos. Isto ocorre com os trabalhos de Torres (1967) e Santos (s/d). A segunda vertente debruça-se sobre a vida política e econômica regional, tratando das intrigas partidárias, etc. Neste grupo destacam-se Wynne (1973) e Dantas (1983 e 1989). Nos dois tipos de abordagens, há referências ao torpedeamento de navios brasileiros nas costas de Sergipe e Bahia, ocorrido em agosto de 1942, ocasião em que naufragaram entre as águas da Bahia e Sergipe os navios Itagiba, Araraquara, Arara, Aníbal Benévolo e Baependi, vítimas dos torpedeamentos de submarinos alemães. (WYNNE, 1973). Entre os campos, abre-se um amplo leque de possibilidades.

Mas, a partir de meados dos anos 1990, apareceram abordagens ocu-

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Membro do GET/UFS.
Site: www.ufs.br

² Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora substituta do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora da Especialização lato Sensu em Ensino de História Faculdade São Luís de França. Membro do GET/UFS.
Site: www.ufs.br

pando-se de aspectos até então vilipendiados pela historiografia local. Novas preocupações aparecem – o medo, as experiências de vida, as memórias, as apropriações passaram a ser estudadas. É justamente nesta tendência que o nosso trabalho se instala. Afinal, conforme explica Mary Del Piore, “a história não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos; ao contrário, ela se constrói, no dia-a-dia dos discretos atores que são a maioria” (DEL PRIORE, 1997, 266). Adotando este tipo de expediente, não pretendemos depreciar as demais abordagens. Se é necessário atentar para o cotidiano na II Guerra, torna-se perigoso enclausurar-se nele. Concordamos com Petersen quando esta afirma que “no afã de recuperar os esquecidos da história, muitas vezes acabou produzindo o mesmo reducionismo por outro caminho” (PETERSEN, 1993, 59). Assim, por cotidiano entendemos muito mais que uma crônica do dia-a-dia. Enxergamo-lo como um território de tensões. Um terreno de fartas lutas sociais.

Buscando identificar tais lutas diárias, optamos pelo jornal como fonte privilegiada. A escolha ocorreu graças às características deste tipo de documento. Ele reúne informações da tradição oral – anedotas, palestras, discursos etc. – e da tradição escrita – anúncios, crônicas, reportagens etc. Além disso, consideramos o caráter de “diário de sua época” que estes periódicos possuem. Deste modo, foram consultados o *Correio de Aracaju*, *O Nordeste* e *Folha da Manhã*. Entre os critérios para a seleção citamos a disponibilidade destes periódicos nos locais de pesquisa, além das diferenças nas abordagens.

Mas o cotidiano apresenta diversas faces. Assim, entre os enfoques possíveis, recortamos o lazer aracajuano, bem como os eventos de entretenimento politizado organizados por instituições locais. Deste modo, a pesquisa ocupa-se com palcos estranhos à historiografia sergipana sobre a época. Observamos o cotidiano dos bares, bodegas, cafés, cinemas, bordéis, mercados, bondes e praças. Lugares que, ao contrário do aparente, tiveram os seus usos acentuados com o conflito.

Sob o signo da Guerra

A II Guerra só se tornará um evento significativo para o aracajuano em meados de agosto de 1942. Antes a sociedade pareceu esforçar-se de modo a “positivar” o conflito. Disse um intelectual naqueles dias: “Aracaju é uma cidade feliz. (...) as suas dificuldades, comparadas com a de hespanhoes, tchecos ou tunizianos, não passam de uma simples pedra no sapato, que pode ser tirada a qualquer momento” (Folha da Manhã. Aju. 2 fev.1939, 4).

Deste modo, era como algo devidamente localizado, europeizado, que a Guerra chegava ao aracajuano, ocupava seu imaginário e era noticiada diariamente. Dos jornais, a notícia se desprendia, chegando às esquinas, aos bancos das praças, aos cafés, bares, snookers e repartições. Neste oceano ur-

bano, os cafés da *Rua João Pessoa* eram pontos dos mais importantes. Locais do “bate-papo”, do “disse-me-disse”, são sempre mencionados nos jornais como pontos de encontros dos mais conhecidos da cidade. Um observador escreveu: “a vida aqui consiste – salvo poucas exceções – numa prejudicial dispersão de energias em conversas cheias de gestos misteriosos nas bancas de café nas calçadas da Rua João Pessoa” (**Correio de Aracaju**. Aju. 29 mai. 1939, 4). Mas, o que caracterizava um café na Aracaju daquela época?

Cafés eram espaços diferenciados dos bares por comportarem, sem maiores problemas, a presença feminina? Talvez. A afirmativa é válida para os grandes estabelecimentos, aqueles destinados a receber público seletivo como o “Ponto Chic”, por exemplo, café considerado um dos redutos da oligarquia: “É no ‘Ponto Chic’ que se sabe de tudo, as verdades possíveis, as mentiras prováveis” (FIGUEIREDO, 1989, 23). Espaço de políticos, intelectuais, jornalistas, advogados entre outros profissionais.

O Ponto Chic oferecia bebidas, refrescos, charutos, sorvetes etc. Era local comum à elite da cidade. Afirma a propaganda: “frequentar o Ponto Chic é demonstrar bom gosto e passar momentos de satisfação” (**Correio de Aracaju**. Aju. 28 abr. 1939, 2). Locais como o Ponto Chic, o Café das Sete e o Central agregavam “homens de negócios, cavadores de emprego, os profissionais mais distintos” (**Correio de Aracaju**. Aju. 22 abr. 1939, 1). Configuravam-se como espaços públicos onde aspectos da vida cidadina vinham à tona. Ir até eles era também espreitar a vida alheia. Nos cafés, borbullhavam os segredos dos homens de Estado. Daí a advertência sobre a necessidade do governo tornar públicos os seus atos. A medida evitaria “que algum demissionário andasse pelos cafés”, entre outros lugares, “informando de seus passos dentro do Governo” (**Correio de Aracaju**. Aju. 7 mar. 1939, 1).

Mas Aracaju não possuía somente cafés como o “Chic”. Existiam também aqueles de pouca ou nenhuma respeitabilidade. Espaços de brigas frequentes, localizados principalmente na Zona do Bomfim – subúrbio da cidade – ou no Mercado Municipal. Eram os bares, as bodegas. As suas dessemelhanças com os cafés elitistas indicam a possibilidade de uma outra leitura da diversão e da micropolítica cidadina.

Sobre a *Rua do Bomfim*, que nomeia uma região do subúrbio aracajuano, um poeta escreveu: “é a Rua do fregue, da pancadaria, do pinga tostão, do mulherio de terceira classe. Bafons cavernosos, centro da mais perigosa sífilis nacional, aderem dentro da noite as suas portas de fogo” (FRIBEIRO. O Nordeste. Aju. 26 jan. 1939, 1). A *Rua do Bomfim* confundia-se com a *Rua da Vitória Torta*, abrangendo assim uma região que compreendia trechos do centro da cidade, estendendo-se até as proximidades do Aribé, bairro de maioria operária. Possivelmente, constituía a zona quente do comércio do sexo em Aracaju. Território dos bêbados, dos malandros e das “horizontais” (prostitutas). Em seus bares enfeitados por bandeirolas, tran-

sitavam meretrizes prontas a “fazer a vida”.

Também no Bonfim estava o Curral. Mas o que era este lugar? Era “o último degrau, em escala descendente, no caminho do vício, da miséria e do sofrimento”. O cronista Mário Cabral descreve o local: “mulheres feias, magras, cobertas de farrapos, corroídas pelas moléstias mais graves e mais vergonhosas, vendiam (...), por um prato de comida o seu corpo doente, em um arremendo de amor que causava nojo e piedade”. O Curral, área de cabarés apelidados de “Pinga Sífilis” (CABRAL, 1955, 221).

“Pinga-Pus”, “Pinga-Sífilis”, “Pinga-Tostão”: denominações diversas para espaços com práticas semelhantes. São locais de reação à disciplinarização imposta pelo Estado, principalmente ao operariado. Nem sempre este último ia ao cinema. O salário era menor que o mês. E, por mais que se esforçasse, a Interventoria não podia esconder as dificuldades que o país atravessava. Para muitos, os bordéis constituíam-se em espaços de lazer numa época de diversão escassa, limitada tanto por preços (que subiam muito), quanto por opções. Para os médicos sanitaristas os cabarés eram locais a serem vigiados. Já para os operários e membros da classe média, eram formas de inserção numa atmosfera menos autoritária, de satisfação diante da retirada do seu poder de ação por um Estado que se pretendia agente histórico único.

Portanto, freqüentar um cabaré, nem sempre tinha o sexo como razão principal. A conversa num “café de terceira” também era bastante apreciada. A *Rua do Bonfim* era via de acesso à *Rua Siriri* e ao *Beco dos Cocos*, outras conhecidas regiões da prostituição. No tal beco situava-se o *Vaticano*, um “cabaré de classe” freqüentado por “muita gente fina” (LIMA, 1997, 45). O Vaticano, “labirinto intricado”, concebido para ser o maior prédio de Sergipe, obra invejável, acabou tendo a sua imensidão tomada por operários, prostitutas, marinheiros, “índios” e outros. De acordo com Mário Cabral, no térreo ficavam “os bilhares, as casas de jogo, os bares freqüentados pela gente do cais, pelos estivadores e maloqueiros” (CABRAL, 1955, 204).

Jogos, prostituição, bebedeiras, confusões. Tudo isto instalado numa região próxima da sede do Governo, zona central da cidade. O prédio, que a noite costumava sediar lutas corporais, ou pejejas entre “peixeiras afiadas e reluzentes”, era também ponto de concentração operária nas manhãs comemorativas da classe (como nos feriados de 1º de maio). Todavia, segundo Cabral, a polícia “evitava” intervir nas questões internas daquele prédio. Apesar de grande campanha moralizadora, da convicção de que a prostituição era “o único fator de transmissão das moléstias venéreas” (**Correio de Aracaju**. Aju. 22 set 1945, 2), os ataques ao Vaticano não possuíam a acidez tão comum à sociedade católica da época.

Dentro da vida aracajuana, espaços como o *Vaticano* e o *Beco dos Cocos* apresentavam entre as suas possíveis funções sociais a de instituições profiláticas ao “estupro e outros problemas da área dos costumes” (PROST;

VICENT, 1992, 381). Eram meios de deter a gente do cais, os estivadores (não avançavam cidade adentro em busca de bebidas, jogos e sexo), maloqueiros e os demais clientes em seus ímpetos. O meretrício era uma realidade cotidiana que nem os jornais, nem os moralistas negavam – os higienistas vigiavam, mas não obliteravam completamente. E quem alimentava esta “*civilitàà putanesca*” existente em Aracaju? Os seus clientes: os operários, jornalistas, intelectuais, jogadores profissionais, entre outros. Afinal, não há prostituição sem cliente (Ibidem, 380.).

A tolerância com o Vaticano, a Zona do Bomfim, assim como outras regiões da prostituição ligou-se ainda, entre outros motivos, ao fato de muitos militares, médicos e políticos possuírem algum tipo de relação com a Zona. Aplicação de risco – a prostituta podia levar à sífilis, à blenorragia, etc. – a prostituição marcava um desdobramento da vida privada dentro da vida pública. G. Vicent lembra: “prostituta do latim ‘prostiuer’, expor em público (...) a mulher que deixando de ser um bem privado, é oferecida a quem paga” (PROST; VICENT, 1992, 380). Prática da vida privada com uma “mulher pública”.

Além da profanação apontada no discurso da Igreja – sexo antes do casamento, ou extra-conjugal, por exemplo – a hipótese de manter contato íntimo com uma forma de corpo anti-higiênica era uma das propagandas contra os bordéis. Por outro lado, as distrações dos cabarés levavam os seus freqüentadores a entrar em contato com dois males constantemente realçados pelos profissionais da saúde: o alcoolismo e a sífilis (COSTA, 1980, 70). É perceptível o “halo de corrupção moral” que envolvia as duas doenças. Tudo presente no prostíbulo. Tudo perigo ao corpo, à raça.

Regiões como a zona do meretrício, com uma hierarquia própria, além dos papéis já apontados, possibilitaram que muitos dos seus freqüentadores, excluídos da sociedade de consumo em gestação, dos parâmetros de corpo saudável, de moderno, emudecidos pelo Estado e pela Igreja, encontrassem na região da boêmia vagas para participarem de uma comunidade, preenchendo o espaço vazio que a não inclusão na macro-sociedade urbana gerava (SILVA, 1978).

Ao contrário dos locais destinados aos burgueses, os bares (ou “cafés” como são denominados pelos jornais) suburbanos dificilmente comportariam as “mulheres de família”. Este espaço estava destinado aos homens, às conversas sobre o dia-a-dia do trabalho, era lugar para beber e desabafar. Portanto, nada de esposas ou filhos. Os cafés e bares situados na região do Mercado Municipal (que envolvia o Mercado Modelo e o Mercado Auxiliar de Aracaju) não eram os prediletos da elite. Era um lugar dissonante com o progresso da cidade, um foco de insolúvel violência noturna e, às vezes, diurna.

Originalmente destinado ao comércio entre a população e feirantes, o Mercado Municipal ultrapassava esta projeção. Tornou-se um amontoado, mo-

radia de quem não tinha para onde ir, local de esperança para quem procurava trabalho: “o sertão, moço, está estorricado. Vim procurar trabalho. Se não chover morre toda a plantação e o creatorio” fala o sertanejo “roto” e “esqualido” da crônica do *Correio de Aracaju*, numa das diferentes e lúgubres cenas que poderiam ser vistas ali (**Correio de Aracaju**. Aju. 22 abr. 1939, 1 - 6).

Território de pequenos negócios, o Mercado assistiu, nos anos da Guerra, muitas cenas de violência. “Ontem, às 12:50 da tarde, no Mercado Municipal, entraram em luta, motivada pela fútil discussão Otávio dos Santos e José Honorato Filho. O primeiro, sacando enorme faca, golpeou José Honorato na face e no braço”, informa a Folha da Manhã (**Folha da Manhã**. Aju. 16 jul. 1939, 01). Outro exemplo: o mesmo periódico noticia a agressão sofrida por um cidadão “num café do Mercado municipal, por parte de um desconhecido, apresentando ferimentos na cabeça e no olho esquerdo” (**Folha da Manhã**. Aju. 21 jul. 1939, 01). Mesmo contando com uma força policial temida pelos populares, o Estado não gerenciava a vida cidadina como desejava. Aracaju assistiu a inúmeras demonstrações de insubordinação aos ditames da ordem.

No Mercado Municipal as infrações oscilavam nos motivos: algumas ocorriam por rixas antigas, outras por embriaguez, ou mesmo por atritos momentâneos. A Zona do Mercado era composta por “ruas estreitas, formadas pelas pilhas e pelos sacos de cereais, ruas barulhentas e coloridas, ruas que evocam uma visão de cinema ou uma página de romance do médio oriente” (CABRAL, 1955, 133). Ali circulavam, além dos comerciantes, empregadas domésticas, feirantes, “índios” (vadios, mendigos, marginais).

No entanto, nem sempre os delitos ocorriam graças aos párias. Discussões entre feirantes ou entre estes e seus clientes também podiam chegar às vias de fato. Novamente recorremos à *Folha da Manhã*: “ontem, pelo guarda civil n.º 32 (...), chegou preso à delegacia (...) o chauffeur Otávio Monteiro, que no Mercado Municipal se desaveio com a verdureira (...) Maria do Patrocínio, desrespeitando o aludido policial quando este delicadamente, tomou intervenção no caso” (**Folha da Manhã**. Aju. 22 jul. 1939, 1). Deste modo, nos mercados e nas feiras livres afloram contradições entre as classes populares e a vida policiada que o Estado Novo lhes queria impor. As desobediências dos feirantes, “índios” e outros frequentadores do Mercado ilustram a pouca eficiência do trabalho unicamente repressor da polícia local. Mas essas contradições não são perceptíveis apenas em tais espaços. Os cinemas também vivenciaram experiências significativas.

Os cinemas

Entre 1939 e 1945, os maiores cinemas da cidade eram o Rex, o Rio Branco, o São Francisco e o Guarany. Devidamente policiadas, as salas de

exibição seriam um instrumento ideal para disciplinar a população, principalmente a parcela não alfabetizada. Graças à possibilidade de massificar informação, o cinema foi tomado como espaço de condicionamento social.

Maria Lígia Coelho Prado nos fala do principal (e mais eficaz) órgão de propaganda do governo norte-americano destinado a, no Brasil, efetivar a americanização – o Birô Interamericano, dirigido por Nelson Rockefeller. Com a política da “boa vizinhança”, este órgão tomou a sétima arte como um dos principais veículos de propaganda. Hollywood refez a imagem dos latinos em seus filmes. De repente, os bandidos mexicanos tornaram-se rarefeitos nos faroestes. Diversos artistas latino-americanos tiveram as portas abertas nesta época. Carmem Miranda foi o maior exemplo disto (PRADO, 1995, 60).

As grandes empresas e estrelas norte-americanas invadiram nossos cinemas. Era possível, num mesmo dia, assistir *Cowboy e a granfina* no Cine Guarany, *Alô América*, no Rio Branco e *Cumpra-se o Destino*, no Rex - com trechos cantados de “O Guarany” (Correio de Aracaju. Aju, 4 jul. 1942). Tyrone Power, Clark Gable, Shirley Temple e tantos outros astros passaram a fazer parte, com mais frequência, da diversão dos aracajuanos. E enquanto o Birô Rockefeller (OCIAA – Office of Coordinator of Inter American Affairs) cuidava da filtragem e distribuição dos filmes em escala nacional, em Aracaju, cabia ao DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda - aplicar o material recebido.

Além da censura aos jornais, o DEIP se preocupava em vigiar os cinemas, com a execução das solenidades e com toda a propaganda envolvendo a interventoria federal em Sergipe. A ele caberia verificar a execução do Hino Nacional antes e após as sessões de cinema, bem como a exibição dos *complementos nacionais* - filmes propagandísticos do Estado Novo, produzidos pelo DIP. Dessa forma, a máquina estatal procurava tocar o cidadão aracajuano até na escuridão do cinema. Forma sucinta, porém competente.

Todavia, a mesma penumbra na qual o Departamento de Propaganda julgava esquadrihar os cidadãos nos bancos das salas de exibição, pretendendo-os alvos das películas norte-americanas ou dos filmes elaborados pelo DIP como meros receptores, acaba propiciando atitudes de “resistência” temporária ao regime constituído. Por exemplo, comenta-se sobre um problema enfrentado pelo Cine Guarany:

É que a “geral” fala alto, alguns de seus frequentadores, que já assistiram ao filme, começam a dizer o que vai acontecer: A menina vai cair”, “ele morre”, “depois eles se casam” e outras coisitas que tiram o prazer do ineditismo e a paciência de quem assiste (*Correio de Aracaju*. Aju. 4 dez.1939, 1).

Diz-se que, no Cine Rio Branco, “quase sempre, os frequentadores das ‘gerais’ entendem, na sua falta absoluta de educação, de

acrescentar suplementos aos filmes projetados. Surgem, então, os ditos grosseiros, às vezes imorais” (**Correio de Aracaju**. Aju, 20 fev. 1942, 6). Por sua vez, o cronista José Ignácio Marinho afirmou haver vivido experiência assombrosa no Cine São Francisco:

Quando o hino nacional dera sinal de que a projeção ia ter começo. Foi nesse instante que tive uma surpresa desagradável. Um barulho ensurdecedor, originado de gritos, pateadas e assobios (...) durante o tempo em que se ouvia nossa maior musica. E, para cumulo da falta de respeito, muitos dos assistentes se mantiveram de chapéus à cabeça (**O Nordeste**, Aju, 26 set 1939, 1).

O espanto do autor não terminou aí. Depois do final do espetáculo, o Hino foi tocado novamente, desta vez, “não mais acompanhado daquela alegria incivil, mas desacatado com o levantar dos corpos das cadeiras em rumo às portas de sahida (sic), e da colocação de chapéus ás cabeças” (**O Nordeste**. Aju, 20 set.1939, 1).

Ir aos cines poderia ser ato de grande frustração. Eram muitos os contratempos. Problemas nas projeções – falta de energia elétrica, rompimento no rolo do filme, além de muitos atrasos – testavam a paciência dos espectadores. Adicione-se ao quadro a obrigatoriedade na exibição do complemento nacional e execução do Hino Nacional, antes e após as sessões. Fiscalizando tudo isso, um funcionário do Departamento de Propaganda e a Polícia.

Porém, ao que parece, os cinemas constituíram espaços de “resistência” não só das classes populares, como os jornais nos fizeram crer inicialmente. Por resistência entendemos a emergência de uma força contrária ao processo disciplinar. Isto é, posturas divergentes ao conjunto de práticas associadas que têm por finalidade tornar os corpos aptos para sua perfeita utilização pelas sociedades capitalistas (FOUCAULT, 1972).

Ao gritarem, anteciparem os finais dos filmes, escreverem suas reclamações aos jornais, os freqüentadores dos cinemas revelam quanto esta prática social estava já inscrita em seus hábitos. Isto independente da classe social. Evidenciam muito do consumo destes espaços.

Os cines tinham papéis distintos. O primeiro deles era o de educador: o cinema foi fundamental na transmissão de conceitos sobre raça, higiene, bem como ajuda a introduzir novos hábitos, produtos, vocábulos etc. “Não há filme que não revele algum motivo de conhecimento” comentou o intelectual. Evocou, na mesma ocasião, a figura de Rui Barbosa como um nome seriamente ligado ao cinema. O cinema, “escola prática universal”, aproximaria os povos (**O Nordeste**. Aju. 20 mai.1939, 1.)

Por sua vez, enquanto disciplinador político o cinema mostrou-se muito requisitado. Bastava que se pusessem os olhos sobre as resenhas dos

filmes: “Terça-feira *Alma e corpo de uma raça*. Um filme produzido sob as auspícios do Club de Regatas do Flamengo!” (Folha da Manhã. Aju., 10 set. 1939, 3). Ou: “*Patrulha do Céu*, com os queridos astros John Trent e Marjorie Reynolds vivendo uma empolgante história de aviação que muito se prende ao atual momento que atravessamos” (**O Nordeste**. Aju. 4 fev. 1942, 5).

Lazer ou Política? Acabava tênue a linha entre os dois campos. Assistia-se a um filme como *Minha Secretaria Brasileira* (com Carmem Miranda), sabendo-se que no programa constava também o *Cine Jornal Brasileiro*. Conhecido como “crônicas dos palanques”, neste tipo de trabalho os assistentes eram bombardeados com a imagem de Vargas: “ele ‘visita, recebe, inaugura, preside, assiste, discursa, excursiona, verancia, embarca, retorna, parte, passeia, inicia, encerra, exorta, soluciona, joga muito golfe (seu esporte predileto) e naturalmente aniversaria a 19 de abril” (TAVARES Apud VELLOSO, 1987, 36-37). Alguns arranjam meios para escapar disto. Bastava “atrasar-se”, chegando ao cinema 15 minutos após o início oficial das sessões. No final, antes de ter que cantar o Hino, lembrar de “um compromisso inadiável” (LENHARO, 1986, 40).

Mas como assistir, por exemplo, a um filme com Henry Fonda e não comentar as palavras deste ator quando esteve na Bahia: “em Hollywood começaram a representar as guerras, a conquista de rapina, que não poupam nem cidades abertas, sacrificando as populações civis, compostas de homens, mulheres e crianças indefesas” (**Correio de Aracaju**. Aju. 20 mai. 1939, 4). Fonda estrelou filmes como *Sargento Imortal*, considerado “uma página viva da atualidade nos campos de batalha” (**Folha da Manhã**. Aju. 12 jan. 1944, 4).

Assim, o cinema tornou-se um janelas pela qual alguns aracajuanos podiam ver a Guerra. A partir dele, esboçam-se imagens como a do japonês, como sendo “mau de verdade” com a sua “índole incrível, bárbaro na acepção verdadeira da expressão, e tem no peito a fereza do leão faminto”. Impressões construídas a partir de *Nossos Mortos Serão Vingados* (Paramount): “que gente má, desalmada (...) que tripudia por sobre suas vítimas indefesas, que mata friamente (...) rindo o seu riso sarcástico e amarelo sob os corpos das vítimas” (**Folha da Manhã**. Aju. 8 fev. 1944, 2).

E aos poucos a Guerra tomou os cinemas: “guerra! guerra! e mais guerra! o filme n.º 01 da semana na tela gigante do cine predileto” lia-se num programa. Outro oferecerá “palpitante jornal de guerra que nos mostra a batalha do Mar de Coral e outros aspectos da guerra nestes últimos tempos”. As filmagens inspiradas no conflito eram constantes nos cinemas: *Um Yankee na RAF* (Century Fox) – a estória de um voluntário americano que deixa suas comodidades e “se transporta ao cenário trágico-grandioso da Europa incendiada”; *Agonia de um Submarino* “esclarece certos fatos ocorridos nas profundezas dos mares”; bem como *Quadrilha* de Hitler (Para-

mount) e tantos outros, que certamente auxiliaram na formação de opiniões sobre o conflito, sobre os “heróis” e “vilões” da Guerra (Folha da Manhã. Aju. 2 fev. 1942; Folha da Manhã. Aju. 1 set. 1939, 2; Correio de Aracaju. Aju. 21 jul. 1945, 3).

Naqueles dias, o cinema foi também agente difusor das idéias higienistas presentes nos anos 1930 e 1940. A introdução de produtos de higiene pessoal e a ampliação do seu alcance recebeu farta propaganda. Ir às *matinés* e *soirées* dos cines poderia ser a oportunidade de entrar em contato com novas técnicas de higiene pessoal. Como ilustra a nota: “na *matinée* azul-claro de amanhã no Cine Guarany serão distribuídas à assistência numerosas amostras do sabonete “Limol”, fabricados por G.Gastrol, Porto Alegre, firma de que são agentes neste estado os Srs. Leobino Andrade e Cia” (**Correio de Aracaju**. Aju, 16 mai. 1939, 6). Antes do “Sabonete Limol”, outra promoção no mesmo Guarany: “Domingo, nas duas *matinées* e na *soirée*, haverá larga distribuição de amostras de Pasta Colgate” (**Correio de Aracaju**. Aju, 4 mai. 1939, 1).

Anúncios como os acima dispostos indiciam sobre a interferência dos comerciantes nos hábitos citadinos. Para eles o trato com o corpo não estava necessariamente ligado à eugenia. Ao investirem em tantas promoções estes negociantes esperavam abrir caminho para assegurar um novo mercado. Esta prática nos remete à afirmação de Prost sobre o papel dos comerciantes franceses no início deste século: “vender um xampu ou uma pasta de dentes é, em primeiro lugar, impor ao público com a imagem da cabeleira ou sorriso de uma estrela de cinema, a idéia de que é preciso lavar os cabelos ou os dentes” (PROST; VINCENT, 1992, 98).

Controle dos corpos

No fim dos anos 30 observam-se alterações significativas no cotidiano de Aracaju. A introdução de uma nova tecnologia na disciplinarização dos corpos e moralização das condutas é uma delas. Por sua vez, o Estado moveu-se para não restringir as campanhas de higienização às páginas de jornais e a alguns espaços públicos. Já em 1939 assistiu-se à formatura da primeira turma de enfermeiras visitadoras, no Departamento de Saúde Pública (**Correio de Aracaju**. Aju, 25 jan. 1939, 1). O zelo pelo corpo reflete também a preocupação eugênica do Estado Novo.

O acirramento da Guerra nos anos 40 modificou esta situação. Com a série de problemas econômicos que o conflito fez aflorar (acionamento da gasolina, alta nos preços dos produtos alimentícios, escassez de matéria-prima, etc.) surgiram grandes empecilhos aos moralistas. “Brousquet / foi-se um cixo, mais outro, / E a cidade / longo tempo ficou às escuras / E com isso a feliz mocidade / Desandou a fazer travessuras”, disse o poeta sobre a constante falta de energia elétrica (**Folha da Manhã**. Aju. 29 fev. 1944, 4).

Contudo, nem todos necessitavam da queda de energia para as suas aventuras amorosas: “a polícia deu uma batida e com muito resultado, levando ao salão nobre por uma noite inteira cerca de meia centena de Romeus e Julietas”. Uma provável referência às classes populares. Afinal, qual família burguesa permitiria que as suas filhas fossem vistas no “Parque Teófilo Dantas, na Rua da Frente, nas esquinas mais escuras, na Rua de Capela, em dramas amorosos, aventuras Don Juanescas de arrepiar cabelos de qualquer cristão?” (**Folha da Manhã**. Aju. 18 ago. 1942, 2). Aparentemente o uso do território público marcou, com mais intensidade, a mocidade popular. Os namoros às escondidas, a busca das meretrizes, foram práticas que nem mesmo a Guerra deteve.

A alguns espaços, o conflito não retirou a aura romântica. Neles era possível, por exemplo, assistir diariamente aos galanteios dos jovens às senhoritas. Era o caso da *Ponte do Imperador*, localizada no centro da capital. Nela,

no piso, pelos lados das balaustradas, onde as mocinhas estasiadas pelo juramento de fé de seus galantes, deixaram – não sabemos se por arte de Satanás ou da engenharia moderna - umas tantas aberturas para escoamento das águas, por cujos orifícios, metidos debaixo da Ponte, a moda de artilheiros, cochilam os malandros na pontaria (**Folha da Manhã**. Aju. 10 jul. 1942, 5) .

Ali, na Ponte, os “quadros vivos” e “fantásticos” eram as estudantes ou mesmo as senhoras. Claro, as autoridades desestimulavam práticas como estas. Quando o assunto era o corpo, o sexo, o discurso moralizante utilizava distintas estratégias. Assim, observam-se seções pedagógicas nos jornais: “Não tente conter o espirro; ao espirrar, conserve a boca aberta e não comprima o nariz” ou “tome banho diariamente. Prefira, porém, o banho frio pela manhã, ao levantar-se”. E: “na escolha de um calçado, deve ser levado em conta, principalmente, a comodidade dos pés” (**Correio de Aracaju**. Aju. 13 jul. 1945, 4; **Correio de Aracaju**. Aju. 3 mar. 1945, 4; **Correio de Aracaju**. Aju. 6 abr. 1945. 6).

Com o tempo, a propaganda oficial dirigida ao aracajuano desprendeu-se das páginas dos jornais e chegou aos campos de futebol, às regatas, corridas, aos concursos de puericultura. No cotidiano de Aracaju, a presença intensiva das campanhas do Departamento de Propaganda foi fundamental para impulsionar as idéias eugenistas do Estado Novo. “Cada brasileiro precisa se aperfeiçoar a si mesmo, levando a efeito a cultura do seu espírito e melhorando a sua higiene individual pelo exercício e pela inteligência”, aconselha a nota do jornal (**O Nordeste**. Aju. 15 mar. 1939, 4). Outra dirá que a Educação Física, além de tudo, ainda “contribui” para a formação do caráter. Aconselhava-se que “práticas nocivas – álcool, orgias, jogos de azar – deveriam ser evitados” (**O Nordeste**. Aju. 15 mar. 1939, 4).

O Estado buscou contínua inserção na vida metropolitana, sobretudo, nos espaços onde a presença do trabalhador fosse corriqueira. A atenção ao futebol ilustra a apropriação deste esporte pela campanha de Vargas junto aos trabalhadores. Na verdade, os esportes em geral têm a atenção estatal, contudo, o futebol merece destaque por seu largo alcance social.

O futebol, esporte de massa, colocava-se como instrumento de considerável força no Estado Novo. Em Sergipe, ao que parece, os times da capital e do interior, muitas vezes surgiam ao público através dos textos “orientados” pelo DEIP (ou DPDE), como exemplos negativos e positivos, a depender da ocasião. Portanto, é comum encontrarmos notas como esta, sobre o *Torneio - Início* de 1939:

Devidamente uniformizados percorrem garbosamente as dependências do gramado, sob estrepitosas palmas do grande publico que se comprimia nas velhas arquibancadas do “Rolleberg”. Formados em posição de sentido, os cracks sergipanos entoaram em coro o Hino Nacional erguendo depois entusiásticos vivas ao Brasil (*Correio de Aracaju*. Aju. 1 abr.1939, 6).

Tal demonstração de força (física e cívica) era em muitos casos, elevada a um teor sagrado:

Para maior realce da sensacional parada esportiva estamos informados de que a banda de música do 28º B.C. (...) ao som da qual desfilarão os nossos desportistas entoando o sagrado hino nacional, numa demonstração incontestável de patriotismo e civismo. (...) Que congregará numa demonstração de pujança e força a mocidade esportiva de nossa terra (*Correio de Aracaju*. Aju. 7 mai. 1945, 3).

A prática do “esporte bretão” recebia da imprensa todos os cuidados possíveis. Os times de futebol existentes na época – como o C. S. Sergipe, Riachuelo F. C., Vitória, Palestra, Cotinguiba, Atlético e Vasco – tinham quase sempre Getúlio Vargas como patrono ou dono de outro título (presidente honorário, sócio benfeitor etc.). Abaixo dele, normalmente vinham o interventor e o Prefeito.

Quanto a estes dois últimos, apesar de mudanças entre os ocupantes dos cargos, nota-se a inflexibilidade da propaganda do regime. O culto deslocava-se de uma personalidade para outra sem grandes constrangimentos. A manutenção do interventor e do Prefeito como objetos de culto reflete o trabalho constante para aproximá-los do líder nacional. Para tal, poucas práticas foram tão requisitadas quanto o futebol. Na abertura dos torneios, lá estavam Interventor, Prefeito e auxiliares. Os jogos chegavam a ser transmitidos pela rádio local, a PRJ-6. Apesar disso, as atitudes que fugiam à disciplina do jogo eram severamente criticadas: “Foi péssimo o

desenrolar da partida – os disputantes empregaram-se com muita violência, prejudicando a beleza que o encontro poderia ter” (**O Nordeste**. Aju. 17 abr. 1939. 4). Elogios ao futebol normalizado, aquele jogado nos campos oficiais, devidamente orquestrado por técnicos, juizes e bandeirinhas. O futebol de rua, ao contrário, era alvo de críticas. A inexistência de normas fixas poderia inspirar anarquia.

É perceptível, também, a invasão do vocabulário bélico na vida esportista aracajuana: “22 homens lutando de corpo e alma por uma vitória que fugiu (...) nos minutos finais decretando um empate que somente seria resolvido no outro confronto”. Os jogadores são chamados “combatentes” (**Folha da Manhã**. Aju. 1 fev. 1939, 1). As partidas são chamadas de “lutas”, “pelejas” e “embates”, num costumeiro discurso de influência militarista (**Folha da Manhã**. Aju. 21 mar. 1939, 2; **Folha da Manhã**. Aju. 29 ago. 1939, 4). Tal “invasão” terminológica não se restringiu apenas ao esporte da metrópole. A imprensa utiliza-se dela para descrever, por exemplo, a necessidade do carnaval: “blitzkrieg contra as tristezas da vida”, as vantagens de um carro: “apesar do luxo vai ser vendido por preço de combate”. E a dedicação de um comerciante aos seus clientes: “rendição incondicional; o Cinema Guarany rendeu-se incondicionalmente ao seu digno público” (**Folha da Manhã**. Aju. 1 fev. 1939, 1; **Correio de Aracaju**. Aju. 28 mai. 1945, 6).

Os jogos de verão

Nos anos 30, o corpo está na ordem do dia. Sobre ele centralizam suas atenções, médicos, educadores, engenheiros, professores instituições como o Exército, a Igreja, a escola, os hospitais (LENHARO, 1986, 75). O Estado Novo, antiliberal, pretendia remodelar a sociedade. E esta tarefa começava pelo corpo. Instalam-se, portanto, métodos normalizadores, como a eugenia e a higiene social. O poder é exercido sobre o corpo de modo a aproximá-lo de um padrão: “A fealdade é um castigo ao ser humano, de forma inconsciente, imposta pela natureza” (**Correio de Aracaju**. Aju. 14 nov. 1939, 2).

Em Aracaju, os Jogos de Verão são vistos pelas autoridades e por parte da nossa intelectualidade como oportunidade de intercâmbio com outros estados e de aperfeiçoamento racial. O prefeito Godofredo Diniz, responsável pela instituição da competição, destacou, em discurso, os altos objetivos étnicos e cívicos do evento. Esta utilização dos esportes como um artefato disciplinador começa a mostrar-se mais consistente, ao que tudo indica, com a preocupação do Estado Novo em tutelar os esportes, num processo próximo de outros regimes autoritários. A medida visava “moralizar os esportes” (**Folha da Manhã**. Aju. 20 jan. 1939, 1).

Criados em 1938, os Jogos de Verão foram mais que atividades para

distrair os jovens e empolgar os ingênuos, como quis Ariosvaldo Figueiredo (FIGUEIREDO, 1983, 22). Tais competições, organizadas pela Prefeitura de Aracaju, representaram um esforço evidente de eugenia, além de procurarem alimentar o apreço da juventude à sergipanidade. Inscreveram-se ainda, como uma das mais aplaudidas formas de lazer “politizadas” que a cidade teve no Estado Novo.

Semelhante ao que ocorria com o futebol, nos Jogos, a entrada dos participantes era feita em paradas de inspiração militar. Competiam clubes, escolas, corporações militares, além de uma delegação convidada, vinda de outro estado. Oportunidade de entretenimento, tais competições eram exaltadas devido à importância do esporte como fator preponderante na eugenia da raça (**Folha de Manhã**. Aju. 7 nov.1939, 1). No Estado Novo, o corpo acentuou e oficializou o seu valor político. Com ele salvar o corpo era salvar a raça. Salvar a raça, era salvar a nação.

De certa forma, os Jogos de Verão se propunham a apresentar os resultados da docilização dos corpos empreendidas nas escolas, fábricas, nos quartéis de Aracaju. Cada uma destas instituições deveria exibir os seus melhores elementos. Michel Foucault chamará dócil ao “corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1972, 118). Um corpo assim tem aumentada a sua capacidade produtiva e reduzida a sua força política. É um trabalho semelhante a este que o Estado Novo procura realizar na sociedade brasileira, sobretudo no operariado.

Operação eugênica e de entretenimento, consideradas as “Olimpíadas Sergipanas”, os *Jogos de Verão* faziam apologia ao corpo em Aracaju. Momento do calendário onde a exterioridade e o valor público do corpo eram a ordem do dia. A devoção requisitada ao exercício, ao melhoramento da raça, eram os rituais laicos da autoflagelação daquele que pretendia chegar dignamente ao altar da pátria. Algumas instituições aracajuanas, influenciadas por essa tendência de culto ao corpo, um padrão físico nunca existente no Brasil, chegam às páginas dos jornais, falando do aperfeiçoamento racial. As festividades cívicas transformavam-se em motivos para as exibições de “cultura física”.

Um tradicional clube da cidade, o Cotinguiba, ao justificar o aumento de cem por cento em sua mensalidade (de 5\$000 para 10\$000), argumentou que “a conveniência de metodizar a cultura física, inaugurando cursos de natação e remo (...) no instante em que o Brasil se volta, confiado, para o problema da saúde da raça”(Folha de Manhã. Aju. 21 jul.1939, 4). Por sua vez o Grupo Escolar General Valadão, na ocasião da *Semana da Pátria* de 1939, ofereceu à imprensa, autoridades e parentes dos seus alunos “demonstrações de canto orfônico, cultura física, de jogos esportivos, etc” (**O Nordeste**. Aju. 4 set.1939, 4).

A higienização percorre vários caminhos. Todos convergem para o que podemos chamar de um *processo eugênico*. A Igreja, o Estado e a intelectualidade metropolitana passam a exercer medidas de higiene social, desenvolvendo também uma literatura higiênico-pedagógica. Aconselha-se, por exemplo, “evitar apertos de mãos contra doentes tíficos e lavar frequentemente as mãos, sobretudo antes das refeições. Os portadores, mesmo curados, ainda eliminam, por algum tempo, micróbios da doença. São portadores de germes” (**Folha da Manhã**. Aju. 6 jan.1939, 2).

Para alguns, as regras de civilidade que exigiam beijos como regra social (nas mais altas camadas), causavam repulsa: “Que costume horrível e que causa tanto nojo, este dos beijos”, disse o Pe. Brito, sacerdote responsável por uma coluna na *Folha da Manhã*. O padre chegou mesmo a afirmar que se “fosse *autoridade*, tivesse *força e poder*, já de ha muito, o teria abolido” (**Folha da Manhã**. Aju, 23 set. 1942, 3). Força e poder, conforme sugere o clérigo, deveriam sombrear os hábitos, alinhar os costumes, reforçar a fé. Mas os exemplos já apresentados revelam que tais anseios estiveram longe de ser atendidos.

Conclusão

A leitura do cotidiano de Aracaju evidencia uma pluralidade de poderes interagindo no interior da aparente hegemonia estadonovista que, a princípio, julgamos detectar. Portanto, não deve-se considerar *um* mas *diversos* projetos para a sociedade. Seus agentes – os intelectuais, clérigos, higienistas, comerciantes, políticos – procuraram implementá-las de acordo com as suas respectivas necessidades.

A pretensão do governo em gerenciar o lazer local encontrou entraves na astúcia dos cidadãos. Proibía-se o uso dos carros particulares, saísse para “limpezas”. Obrigava-se à audição do Hino Nacional nos cinemas, chegava-se “atrasado” a estes.

É importante ressaltar o papel desenvolvido pelos cinemas, espaços de farta divulgação do *American way of life*. Além disto, destaca-se o seu uso pelo Estado Novo como disciplinador e como referencial na construção de opiniões sobre a Guerra. Contudo, os diferentes grupos sociais frequentadores de tais locais apresentaram algumas “resistências” a estes preceitos.

O lazer aracajuano, limitado em opções, alterou-se significativamente com os eventos promovidos pelo Departamento de Propaganda: shows radiofônicos, jogos de futebol, exibições de cultura física, paradas cívicas etc. Acompanhavam tais eventos, outros promovidos pela alta sociedade (procurando demarcar-se “dona da modernidade” em Sergipe), comerciantes (com a pretensão de inserir novos produtos no mercado, de habituá-los aos citadinos) e a Igreja (que julgava assegurar uma Aracaju católica).

Os anos da II Guerra foram marcados pelo forte moralismo católico. Portas de fuga os bordéis, pequenos bares, as praças e parques mal-iluminados e, após a entrada brasileira na Guerra, as noites de *blackouts* programados ou não, que ampliavam os espaços para as miudezas do privado. Regiões como o *Vaticano*, as zonas do *Mercado* e do *Bomfim*, contrariavam a normalização de condutas que políticos, clérigos e médicos requisitavam. A estes últimos, o corpo ali inscrito era anti-higiênico. Aos políticos, indisciplinado e, à Igreja, pecador.

Todavia, a tolerância com tais locais mostra a sua inserção no cotidiano como prática a muitos quase inadiável. Aos higienistas, as “zonas” não eram totalmente ruins. Por meio delas era possível “localizar” os males. Podia-se, portanto, endereçar, territorializar a culpa pelos problemas no corpo social. O lazer em Aracaju, apesar de marcadamente politizado, moralizado e higienista apresentou divergência a tais ditames antes e após o torpedeamento de 1942. Apesar do choque ocorrido com tal ataque, o medo não foi unísono. Os aracajuanos movimentavam-se com astúcia nas malhas do poder, buscaram ganhar o máximo de terreno possível naqueles dias de luta.

Referências

AS OLIMPIADAS em Sergipe. 2º Jogos de Verão. **Novidade**. Aracaju, 1939.

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Liv. Regina, 1955.

CARA, Roberto Bustos. Territorios de lo Cotidiano (Punto de partida para la reflexión). In: MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/RS: EDUNISC/ UFRGS. 1995.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (nova edição estabelecida e apresentada por Luce Giard).

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 3ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

DANTAS, Ibarê. **Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis**. São Paulo, Aracaju: Cortez/UFS, 1983.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-268.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Os Interventores do Golpe de 29/10/1945. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade editorial de Sergipe, 1989. 3v.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 12 ed. RJ: Vozes.

_____. As malhas do poder. **Barbárie – Revista de Cultura Anarquista**. Salvador/BA, n.4 e 5, p.32-7, 34-42, verão 1981-1982.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LIMA, Jackson da Silva. **O Monobelo e outras narrativas**. 3 ed. Aracaju: J.Andrade, 1997.

LIMA, Magali. **Formas arquiteturais no Estado Novo (1977-1943) : suas implicações na plástica de corpos e espíritos**. RJ: FUNARTE, 1979

PETERSEN, Silva Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. MESQUITA, Zilé e BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares experiências**. Porto Alegre/RS: EDUNISC/UFRGS, 1993.

PRADO, Maria L. C. .Ser ou não ser um bom vizinho: a América Latina e os Estados Unidos durante a Guerra. **Revista USP**. São Paulo: USP, n.26, p.52-61, jun-ago,1995.(Dossiê Segunda Guerra).

PROST, Antoine; VINCENT, Gerárd (orgs.). **História da vida privada 5: da Primeira Guerra aos nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SANTOS, Maria Nely dos. **A Participação de Sergipe na II Grande Guerra**. São Cristóvão/SE: UFS/PDPH, s/d. Mimeo.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. O significado do botequim. In: BERLINK, Manoel tosta et alli. **Cidade: usos e abusos**. São Paulo: Brasiliense, 1978.p.77-114.

TORRES, Acrísio. **História de Sergipe**. 2ed. Aracaju: J.Andrade, 1967.p.241-246.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os Intelectuais e a política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe (1930-1972)**. Rio de Janeiro: Pongetti,1973. v.02.

Artigo recebido em junho de 2009 e accito para publicação em setembro de 2009.